

Os Impactos do *Fair Value* como Base de Valor para Instrumentos Financeiros na Atual Estrutura da Contabilidade - Um Enfoque Normativo

Autoria: Andson Braga de Aguiar, Alessandro Hirano

RESUMO

O presente artigo trata dos impactos causados pela utilização do *fair value* como base de valor para instrumentos financeiros na atual estrutura da Contabilidade. As mudanças ocorridas no ambiente econômico, os avanços tecnológicos e a velocidade das informações têm feito com que os usuários possam não ter suas necessidades de informação atendidas por esta estrutura que tem o custo histórico como base de valor e a objetividade como restrição. Adotam-se duas premissas como forma de justificar a utilização do *fair value* como base de valor: 1) a atual estrutura da Contabilidade está tendo dificuldade em fornecer aos seus usuários informações que possuam valor preditivo e 2) os usuários estão interessados em informações mensuradas em uma base única. A necessidade de incluir no balanço operações até agora *off-balance sheet*, principalmente derivativos, fez com que o IASB emitisse normas que tratam da utilização do *fair value*, especificamente aplicado a instrumentos financeiros. Apresenta-se o conceito e as características do *fair value* baseando-se nessas normas. No âmbito nacional, comenta-se sobre as recentes circulares emitidas pelo Banco Central do Brasil.

INTRODUÇÃO

O custo original como base de valor é o principal método de mensuração dos itens patrimoniais adotado pela atual estrutura da Contabilidade que, no entanto, não impede a utilização de outros métodos. Em decorrência, a Contabilidade ortodoxa pode ter dificuldade em cumprir com o seu objetivo principal de fornecer informações úteis aos usuários.

Tal fato faz com que propostas de substituição da atual estrutura por uma outra tendo o *fair value*¹ como base de mensuração sejam defendidas por profissionais da Contabilidade e que entidades normatizadoras venham buscando colocá-las em prática.

Adotam-se duas premissas visando justificar a utilização do *fair value*: 1) a atual estrutura da Contabilidade está tendo dificuldade em fornecer aos seus usuários informações que possuam valor preditivo e 2) os usuários estão interessados em informações mensuradas em uma base única.

O presente artigo busca responder ao seguinte problema: quais os impactos da utilização do *fair value* como base de valor dos instrumentos financeiros dentro da atual estrutura da Contabilidade brasileira?

Desenvolve-se o artigo nas seguintes partes: 1) características da atual estrutura da Contabilidade, onde se destaca a dificuldade desta em atender às necessidades atuais dos usuários; 2) *fair value* como medida dos instrumentos financeiros, seguindo os pronunciamentos do *International Accounting Standard Board* (IASB), além de apresentar as iniciativas que o Banco Central do Brasil vem tomando na mesma direção; e 3) impactos do *fair value* sobre os instrumentos financeiros na atual estrutura da Contabilidade no Brasil.

Como fonte de pesquisa utilizam-se basicamente recursos bibliográficos, através de livros, artigos, normas, dentre outros que tratam do assunto.

CARACTERÍSTICAS DA ATUAL ESTRUTURA DA CONTABILIDADE

De acordo com HENDRIKSEN & BREDA (1999:49), o atual estágio da Contabilidade demonstra poucas inovações, permanecendo praticamente inalterada desde a primeira obra que trata das partidas dobradas. O problema, no entanto, pode não ser a falta de inovações que, mesmo sendo poucas, surgiram e continuam a surgir, mas a falta de aplicação.

O efeito principal deste fato é o de que a atual estrutura da Contabilidade está tendo dificuldade em atender às necessidades de informação dos usuários. Essa dificuldade pode ser

analisada sob duas abordagens distintas que IUDÍCIBUS (2000:19) apresenta. Uma considera que a Contabilidade deve fornecer um conjunto de informações que atenda igualmente todos os usuários, não fornecendo, portanto, informações específicas para usuários específicos.

A segunda considera que a Contabilidade deveria ser capaz de atender à necessidade específica de cada grupo de usuários, resolvendo a questão anterior, mas trazendo consigo a dificuldade do reconhecimento de qual informação cada grupo de usuários está interessado.

Ademais, considera-se que a Contabilidade possui objetivos diferentes em diferentes economias, regiões ou países, como apresenta MOTTA (1990:41/42), provocando ênfases diferentes direcionadas a determinados usuários que são privilegiados (no caso do Brasil é o Fisco) e os demais devendo adaptar os seus modelos de decisão a esses privilégios.

O referencial conceitual da Contabilidade exposto por HENDRIKSEN & BREDA (1999:91) parte de seu objetivo básico e chega nas aplicações práticas a situações específicas. O objetivo básico da Contabilidade adotado nesse artigo é o de fornecer informações úteis aos seus usuários. Para que sejam consideradas úteis, as informações devem possuir certas características qualitativas, entre as quais, a de ser relevante. Baseada nessas características, forma-se uma estrutura conceitual composta por postulados, princípios e convenções que são os fundamentos ou conceitos básicos delimitando as normas, regras e padrões contábeis aceitáveis e que devem ser interpretados para aplicações práticas a situações específicas.

A atual estrutura conceitual da Contabilidade no Brasil ou, simplesmente, atual estrutura da Contabilidade, conforme IUDÍCIBUS & MARION (1999:89/127), está dividida em: Postulados (Entidade e Continuidade); Princípios (Custo original como base de valor; Realização da receita; Confrontação da despesa; Denominador comum monetário; Essência sobre a forma) e Convenções (Consistência; Objetividade; Materialidade; Conservadorismo).

São analisados a seguir aqueles que sofreriam maior impacto com a utilização do *fair value* como base de valor.

– Princípio do custo original como base de valor

O custo original ou histórico como base de valor significa a mensuração dos itens patrimoniais por seu valor de aquisição mais fretes, impostos não recuperáveis e todos os gastos necessários para colocá-lo em condições de gerar benefícios futuros; ou pelo valor de fabricação, representado pela soma dos valores de aquisição de todos os insumos necessários.

A principal limitação no uso deste método é que ao ser registrado o custo de aquisição ou de fabricação, este não poderá sofrer alterações que acompanhem as variações ocorridas no mercado, comprometendo sua capacidade de predição.

Tal limitação é importante ao se considerar que os princípios que formam a estrutura contábil devem permitir que a informação possua as características qualitativas que lhe tornam útil e, que dentre estas, está a relevância em que um dos elementos é o valor preditivo.

MARTINS (2001:16) considera justificável a utilização do custo histórico em um ambiente econômico simples, com pequena variedade de usuários contábeis, como deveria ser o que caracterizava os primórdios da Contabilidade. No entanto, o autor considera que com as inovações surgidas e novas necessidades dos usuários, tal modelo se torna insuficiente.

Ainda que a atual estrutura contábil seja baseada no custo histórico, existem itens patrimoniais que não são mensurados por esse método, originando um conjunto de métodos de mensuração, onde cada objeto é mensurado de acordo com a sua natureza.

Portanto, a ciência contábil foi capaz de desenvolver diversos métodos de mensuração, cada qual possuindo vantagens e limitações. Tal fato pode ser decorrente da variedade de ativos existentes e da alteração na sua natureza conforme o uso específico de cada entidade, impossibilitando uma única base de mensuração. Este problema está refletido principalmente no Patrimônio Líquido, já que deveria representar a capacidade de gestão dos sócios e/ou administradores da entidade e não uma informação estática em relação às variações

provocadas pelo ambiente. Esses métodos são divididos em dois grandes grupos: a valores de entrada e a valores de saída. E os principais métodos em cada um dos grupos são:

Tabela 1 – Métodos de avaliação dos itens patrimoniais

Valores de Entrada	Valores de Saída
Custo Histórico	Valor Líquido Realizável
Custo Histórico Corrigido	Fluxo de Caixa Descontado
Custo Corrente	Equivalente Corrente de Caixa
Custo Corrente Corrigido	Valor de Liquidação

– Princípio da realização da receita e confrontação da despesa

Deve-se sempre buscar a associação entre a receita auferida e as despesas que permitiram sua geração, ainda que de forma estimada, para que possa haver o reconhecimento da receita. IUDÍCIBUS (2000:58) afirma que a realização da receita e a confrontação da despesa devam ser tratadas conjuntamente. Por este motivo, serão aqui tratados desta forma.

Para HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:227) uma receita é reconhecida quando é obtida e realizada. Para IUDÍCIBUS (2000:59/60) o reconhecimento da receita ocorre usualmente quando da transferência de produtos ou serviços aos clientes, isto devido o ponto de transferência ser:

1. “... usualmente, aquele em que a maior parte do esforço em obter a receita já foi desenvolvida;
2. ... é o ideal para estabelecer um valor objetivo de mercado para a transação; e
3. ... normalmente se conhece todo o custo de produção do produto ou serviço vendido e outras despesas diretamente associáveis, embora os desembolsos com tais despesas possam ocorrer após a venda ... É possível, pelo menos em um bom número de casos, prever razoavelmente tais encargos no ato da venda”.

Ainda que de forma coincidente o ponto de transferência ocorra, na maioria das vezes, no ponto de venda, existem casos os quais a época de reconhecimento ocorre em um momento diferente, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Outros momentos de reconhecimento de uma receita

Época de registro	Crítérios	Exemplos
Durante a produção	Estabelecimento de um preço firme baseado num contrato ou em condições gerais de negócio, ou existência de preços de mercado em vários estágios de produção.	Valores a pagar; contratos a longo prazo; crescimento natural.
Na conclusão da produção	Existência de preço de venda determinável ou preço de mercado estável. Não há custo substancial de venda.	Metais preciosos, produtos agrícolas, serviços.
No momento da venda	Preço determinado para o produto. Método razoável de estimação do montante a ser recebido. Estimação de todas as despesas significativas associadas.	Maioria das vendas de mercadorias.
No momento do pagamento	Impossível avaliar ativos recebidos com grau razoável de exatidão. Despesas adicionais significativas prováveis, que não podem ser estimadas com grau razoável de precisão no momento da venda.	Vendas a prestação; troca por ativos fixos sem valor determinável com precisão.

Fonte: HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:229)

Por outro lado, uma despesa para ser confrontada com a receita correspondente, deve ter sido incorrida, ou seja, “termos realizado o sacrifício de consumir ativos (ou de assumir dívidas) no esforço de produção (direto ou indireto...) da receita”. (IUDÍCIBUS, 2000:59).

Portanto, o reconhecimento da receita e confrontação das despesas não é feito tendo por base a entrada ou saída de caixa, mas pela obtenção e realização da receita e que as despesas tenham sido incorridas, caracterizando o regime de competência.

– Princípio do denominador comum monetário

Este princípio indica que todos os itens patrimoniais devem ser evidenciados tendo por base de mensuração a unidade monetária, o que faz com que apenas sejam incluídas nas demonstrações contábeis, basicamente, informações financeiras.

IUDÍCIBUS (2000:67) destaca três pontos relacionados a este princípio:

1. “propriedade agregativa de ativos diversos pela avaliação monetária;
2. estabelecimento das relações débito/crédito em moeda de conta da data da transação, não podendo ser alterado o valor na data do ajuste de contas, salvo cláusula expressa em contrário;

3. deveria ser escolhida uma data-base para expressar as demonstrações contábeis de uma entidade, de vários períodos, em moeda de poder aquisitivo daquela data-base”.

Quanto ao primeiro ponto, este princípio permite que os diversos itens patrimoniais sejam agrupados em contas e subcontas, caracterizando a propriedade agregativa. O segundo ponto considera que o valor originalmente acertado entre comprador e vendedor deve permanecer inalterado na data do ajuste de contas, independente de variação no poder aquisitivo da moeda. O último ponto é auto-explicativo, não requerendo outras considerações.

Portanto, percebe-se que a principal limitação deste princípio é não considerar a mudança de poder aquisitivo da unidade monetária ao longo do tempo. Tal limitação faz HENDRIKSEN & BREDA (1999:106) afirmarem:

“como muitas predições e decisões devem depender de comparações válidas de dados contábeis no tempo, a falta de uma unidade monetária estável significa que dados contábeis baseados em preços de trocas passados precisam ser convertidos em valores monetários correntes para serem relevantes e confiáveis do ponto de vista de predições e decisões apropriadas”.

– Princípio da essência sobre a forma

O caráter normativo da Contabilidade no Brasil faz com que a informação que atenda seu aspecto legal e formal seja privilegiada em detrimento da essência econômica que é posta em segundo plano. IUDÍCIBUS & MARION (1999:115) afirmam que:

“a fim de que a informação contábil represente fielmente a transação e outros eventos que ela tem finalidade de representar, é necessário que os eventos sejam contabilizados e as informações sejam apresentadas de acordo com sua substância e realidade econômica e não meramente com sua forma legal”.

Sempre que a forma não representar a realidade econômica, deve-se buscar a essência como base para o registro das transações. IUDÍCIBUS (2000:77) considera tão importante este princípio para a qualidade da informação contábil, a ponto de considerar que deveria ser tratado como um postulado ou pré-requisito aos postulados, princípios e convenções.

– Convenção da consistência

A Convenção da Consistência que, conforme IUDÍCIBUS (2000:75), “talvez seja a norma mais importante da Contabilidade”, considera que quando uma empresa opta por um critério, este não deveria ser alterado, desde que esta alteração não seja imprescindível.

Nesse caso, IUDÍCIBUS (2000:75) afirma que a empresa deve evidenciar “a alteração de critério e os efeitos que possam ter acarretado na interpretação por parte dos usuários das tendências e dos resultados”. Esta Convenção, ainda conforme o autor, permite uma comparação das informações contábeis no tempo, dentro da mesma empresa.

– Convenção da objetividade

A objetividade está bastante relacionada com o método do custo histórico, sendo uma das principais vantagens deste, podendo ser analisada sob três pontos de vista, conforme IUDÍCIBUS (2000:70): “1) da referência a uma documentação formal ou tipo de evidência que suporte o registro e sua avaliação; 2) na tangibilidade do objeto passível de mensuração; e 3) da posição de neutralidade que a Contabilidade deveria manter”.

No que se refere ao primeiro ponto, a objetividade está relacionada com a possibilidade de confirmação do valor através de algum documento que comprove a transação, tal como uma nota fiscal na aquisição de mercadorias. Quanto ao segundo, a mensuração contábil deve restringir-se aos valores tangíveis, excluindo itens tais como o *goodwill*. No que se refere ao último ponto, a neutralidade está relacionada à ausência de viés em uma determinada direção, ou seja, é a não utilização de informações contábeis com o intuito de atingir um determinado objetivo ou provocar um determinado efeito.

– Convenção da materialidade

A materialidade é analisada por IUDÍCIBUS (2000:72) “sob dois ângulos distintos: sob o ângulo de quem “toca” a escrita contábil ou a audita e sob o ângulo do usuário da informação contábil”. Quanto ao primeiro, materialidade está bastante relacionada com a análise custo *versus* benefício da informação contábil. No referencial conceitual apresentado

por HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:96) esta análise representa uma restrição geral às características qualitativas da informação contábil.

Quanto ao segundo ângulo, a informação será considerada como material quando sua omissão prejudicar a análise e tomada de decisões dos usuários quanto à situação da empresa.

– Convenção do conservadorismo

IUDÍCIBUS (2000:74) analisa o conservadorismo também sob duas abordagens distintas. A primeira se refere à escolha, dentre alternativas igualmente relevantes, daquela que produza menor receita e, conseqüentemente, menor lucro e/ou produza maior despesa ou aumente o valor do passivo. Tal fato busca contrabalançar o otimismo dos empresários.

A segunda abordagem é a conhecida regra do custo ou mercado, o que for menor, regra que começou a ser utilizada com o objetivo de antecipar prejuízos futuros. HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:106) afirmam que “o conservadorismo conflita com o objetivo de divulgar toda informação relevante”.

– Atuais necessidades de informação dos usuários

Os usuários da Contabilidade, diante dos avanços tecnológicos e da rapidez na obtenção de informações decorrentes de um novo cenário global, onde há uma maior aproximação comercial entre os diversos mercados, passam a ter uma necessidade crescente por informações que lhes permitam tomar decisões com um menor risco envolvido.

Conforme PEREIRA (2000:7), estes usuários passam a se preocupar com a confiabilidade das informações e como estas foram mensuradas, além de haver uma busca por informações contábeis que reflitam a realidade econômica das empresas.

MARTINS (2001:16) afirma que os usuários estão interessados em informações que permitam uma transparência quanto ao patrimônio de uma entidade e sua evolução. De uma forma geral e resumidamente, pode-se afirmar que os usuários, principalmente investidores, estão interessados em informações com valor preditivo que possibilitem a redução dos riscos envolvidos em seus processos de tomada de decisões.

Conforme PEREIRA (2000:7), de um lado, os usuários questionam freqüentemente os valores fornecidos pelas demonstrações contábeis por não se adequarem às suas necessidades; de outro lado, as entidades normatizadoras, dentre as quais o IASB, buscam reconhecer, mensurar e evidenciar ativos, de uma forma geral, e instrumentos financeiros, em particular, de forma a incluir no balanço operações até agora *off-balance sheet*², como acontecia com os derivativos. Tal fato, conforme o próprio autor, tem motivado profissionais da Contabilidade, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, a propor a substituição da atual estrutura da Contabilidade por uma outra que inclua o *fair value* como base de valor.

O *fair value* seria um possível modelo através do qual os itens patrimoniais seriam mensurados em uma base única, atendendo às necessidades dos diversos grupos de usuários. É preciso, portanto, caracterizá-lo, mensurá-lo e evidenciá-lo.

FAIR VALUE COMO MEDIDA DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O IASB é um órgão independente, fundado particularmente para emitir normas de Contabilidade internacional. Formado por membros de diversos países, o Comitê está comprometido em desenvolver, no interesse público, um conjunto de padrões de Contabilidade de alta qualidade, compreensíveis e globalmente executáveis. Para tanto, o Comitê coopera com normatizadores de padrões de Contabilidade de diversos países buscando convergência no estabelecimento destes ao redor do mundo.

Devido a esse caráter é que se escolhe descrever as principais características dos pronunciamentos acerca do *fair value* por ele emitidos. Apresentam-se em seguida as iniciativas que o Banco Central do Brasil vem tomando no sentido de inserir em suas normas, através de circulares, as diretrizes dos pronunciamentos do IASB. Inicialmente, fala-se brevemente sobre a origem e a justificativa para a utilização do *fair value*.

– Origem e justificativa

Conforme ANTHONY apud LISBOA (2000:1), a utilização do termo *fair value* remonta ao final do século XIX, no entanto, ganhou forças mais recentemente. Segundo HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:309), *fair value* é o valor total sobre o qual os investidores têm o direito de um retorno justo.

Para os autores, o *fair value* não é uma base de avaliação específica que pode ser aplicada às demonstrações contábeis de forma genérica, devido às diferenças de posição entre os tribunais e as empresas de utilidade pública. Os autores afirmam ainda que os tribunais defendem, para o cômputo do *fair value*, a inclusão de todos os fatos pertinentes, incluindo os custos passados prudentes e custo de reprodução. As empresas de utilidade pública, por sua vez, defendem a inclusão, primeiramente, do custo de reposição.

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB), considerando as características e peculiaridades dos instrumentos financeiros, notadamente os derivativos, envidou esforços no sentido de reconhecê-los, mensurá-los e evidenciá-los, incluindo no balanço as operações até agora *off-balance sheet*. Tal fato motivou o FASB a emitir seu primeiro pronunciamento a respeito em 1991, o *Statement of Financial Accounting Standards n° 107* (SFAS 107), cujo título é: *Disclosure about fair value of Financial Instruments*.

– Conceitos e aplicação

Seguindo o exemplo do FASB, o IASB emitiu dois pronunciamentos que, dentre outras coisas, tratam do *fair value* como medida de valor. Estes foram: *International Accounting Standard 33* (IAS 33), emitido em 1995 e revisado em 1998, cujo título é *Financial Instruments Disclosure and Presentation*; e o IAS 39, aprovado em 1998 e revisado em 2000, cujo título é *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

Analisando os dois pronunciamentos (IAS 32 e 39), encontra-se que *fair value* é: “o valor pelo qual um ativo poderia ser transacionado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a transacionar em uma transação entre partes não relacionadas”.

Para uma melhor compreensão deste conceito, apresenta-se a definição adotada pelo IAS 32 (1995:7/8) de alguns termos. Instrumento financeiro é “qualquer contrato que origina tanto um ativo financeiro de uma empresa quanto um passivo financeiro ou *equity instrument* de outra empresa”.

Ativo financeiro “é qualquer ativo que é:

- a) dinheiro;
- b) um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra empresa;
- c) um direito contratual de transacionar instrumentos financeiros com outra empresa em condições que são potencialmente favoráveis; ou
- d) um *equity instrument* de outra empresa”.

Já um passivo financeiro “é qualquer passivo que é uma obrigação contratual:

- a) de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro para outra empresa; ou
- b) de transacionar instrumentos financeiros com outra empresa em condições que são potencialmente desfavoráveis”.

Enquanto um *equity instrument* “é qualquer contrato que evidencia um interesse residual nos ativos de uma empresa após deduzir todos os seus passivos”.

Destacam-se dois aspectos do conceito do IASB. O primeiro é que ambas as partes devem conhecer a cotação do ativo que esteja sendo transacionado ou do passivo liquidado, ou seja, não deve haver informação privilegiada. O segundo é que, de forma simples, o comprador esteja disposto a comprar e o vendedor, a vender, e que ambos não sejam partes relacionadas, como forma de evitar favorecimentos para qualquer das partes.

O IASB escolheu os instrumentos financeiros para aplicação do *fair value* certamente em função da alta volatilidade desses itens, o que fazia com que, muitas vezes, seus valores contábeis mensurados ao custo histórico pouco refletissem os valores de mercado. Ademais, HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:116) afirmam que:

“os pesquisadores em contabilidade interessaram-se particularmente pelos mercados de capitais porque a observação das reações do mercado à informação contábil ofereciam uma forma anteriormente inexistente de testar teorias contábeis”.

O IAS 39 (1998:6) enfatiza a necessidade de reconhecimento de todos os ativos e passivos financeiros pelo *fair value*, incluindo todos derivativos. Os instrumentos derivativos possuem negociação bastante expressiva no mercado internacional, chegando a alguns trilhões de dólares de valor nocional apenas nos Estados Unidos. No Brasil, há um mercado muito ativo de negociação destes produtos, sendo que a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) encontra-se entre as cinco maiores do mundo.

Na literatura financeira mundial, verificam-se sérios prejuízos financeiros com operações com derivativos, envolvendo casos tradicionais tais como: Barings, Metallgesellschaft, Procter & Gamble, Daiwa Securities, Orange County, entre outras. No caso do Banco Barings, os prejuízos culminaram na falência desta instituição inglesa bi-secular.

A evolução dos instrumentos derivativos não foi acompanhada pela atual estrutura da Contabilidade, de forma que tais acontecimentos financeiros refletiram a necessidade premente de maior regulamentação e transparência das operações financeiras.

O IASB busca suprir as necessidades de reconhecimento, mensuração, registro e evidenciação dos derivativos. Estes são conceituados no IAS 39 (1998:17) como “instrumentos financeiros:

- a) cujas mudanças de valor são em resposta às mudanças em uma taxa de juros especificada, preço de um título, preço de uma *commodity*³, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, avaliação ou índice de crédito, ou variável similar;
- b) que requer pouco ou nenhum investimento líquido inicial referente a outros tipos de contrato que têm uma resposta similar às mudanças nas condições de mercado; e
- c) que é liquidado em data futura”.

Conforme o IAS 39 (1998:17/18), os instrumentos financeiros são divididos em quatro categorias:

- a) “Ativo ou passivo financeiro mantido para *trading*⁴ (*trading*): é aquele que foi adquirido ou incorrido principalmente com o propósito de gerar lucro com as flutuações no preço ou na margem do *dealer*⁵, a curto prazo. Ativos e passivos financeiros derivativos são sempre classificados como mantidos para venda, a não ser que sejam designados e efetivos instrumentos de *hedging*⁶.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento (*held-to-maturity*): são títulos que a empresa tem a intenção de mantê-los até o efetivo vencimento, outros que não empréstimos e recebíveis originados pela empresa.
- c) Empréstimos e recebíveis originados pela empresa: são ativos financeiros que são criados pela empresa para prover dinheiro, mercadorias, ou serviços diretamente a um devedor, que não sejam originados com a intenção de serem vendidos imediatamente ou a curto prazo.
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda (*available-for-sale*): são todos aqueles que não estão classificados nas demais categorias”.

Conforme o IAS 32 (1995:33), informação mensurada a *fair value* é amplamente utilizada para propósitos comerciais na determinação da posição financeira global de uma empresa e na tomada de decisões sobre instrumentos financeiros individuais. Sendo também relevante para muitas decisões tomadas pelos usuários das demonstrações contábeis desde que, na maior parte das vezes, reflita o julgamento dos mercados financeiros como o valor presente dos fluxos futuros esperados referentes a um instrumento.

O *fair value* de uma informação permite comparações de instrumentos financeiros tendo substancialmente as mesmas características econômicas, independentemente de seu propósito e quando ou por quem foi emitido ou adquirido, permitindo ainda uma base neutra para avaliação dos instrumentos financeiros.

Um aspecto importante para um melhor entendimento do conceito de *fair value* é a consideração de que não representa o valor que uma empresa deveria receber ou pagar em uma transação forçada, liquidação involuntária ou *distress sale*⁷, ou seja, deve estar presente a suposição de que a empresa irá continuar com suas atividades (*going concern*).

– Reconhecimento do *fair value*

O IAS 39 (1998:43) dispõe que o *fair value* de um ativo financeiro ocorre apenas quando este for classificado como *available-for-sale* ou mantido para *trading*. Ativos contabilizados pelo valor de custo ou custo amortizado não reconhecem qualquer mudança em seu valor, como acontece com os ativos financeiros classificados como *held-to-maturity*.

A forma de reconhecimento do *fair value* desses ativos financeiros irá depender se está sendo considerada a data da transação ou a data de liquidação. A primeira é aquela em que uma empresa se obriga contratualmente a comprar ou vender um ativo; enquanto a segunda é aquela em que um ativo é entregue à empresa ou pela empresa.

Quando a contabilização é feita na data da transação, há o reconhecimento do ativo a ser recebido e do passivo correspondente ao pagamento deste ativo nesta data; por outro lado, não há o reconhecimento de um ativo que é vendido, havendo, no entanto, o reconhecimento de um direito de receber do comprador o pagamento pela venda, também na data da transação.

Quando a contabilização é feita na data de liquidação, há o reconhecimento do ativo apenas no dia em que este é transferido à empresa destinatária; por outro lado, não há o reconhecimento de um ativo no dia em que este é transferido pela empresa cedente.

Quando a contabilização é feita na data de liquidação, a empresa deverá registrar qualquer mudança no *fair value* de um ativo a ser recebido durante o período entre a data da transação e a data de liquidação, assim como, deverá registrar por um ativo adquirido.

Quando o ativo for classificado como mantido para *trading*, a variação no valor ocorrida entre a data da transação e a data de liquidação, deve ser reconhecida na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); quando for classificado como *available-for-sale*, tal variação pode ser reconhecida também na DRE ou no Patrimônio Líquido.

Desta forma, o valor a ser registrado pelo ativo dependerá de como ele está classificado e se a contabilização utilizada é na data da transação ou na data de liquidação. Importante ressaltar que o método utilizado deverá ser aplicado de forma consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertencerem à mesma categoria.

Como ilustração, apresenta-se nos Quadros 1 e 2 um exemplo adaptado do IAS 39 (1998:31/32). Em 29/12/2001, uma empresa se obriga contratualmente a comprar um ativo financeiro por R\$1.500,00, incluindo os custos de transação. Em 31/12/2001 e 04/01/2002, que é a data de liquidação, o *fair value* do ativo é R\$1.520,00 e R\$1.550,00, respectivamente.

Balanço	<i>Held-to-maturity</i>	<i>Available-for-sale</i>	Mantidos para <i>trading</i> *
<u>29/12/2001</u>			
Ativo Financeiro	-	-	-
Passivo	-	-	-
<u>31/12/2001</u>			
Recebíveis	-	20	20
Ativo Financeiro	-	-	-
Passivo	-	-	-
Patrimônio Líquido (ajustado pelo <i>fair value</i>)	-	(20)	-
Lucros Acumulados (por meio da DRE)	-	-	(20)
<u>04/01/2002</u>			
Recebíveis	-	-	-
Ativo Financeiro	1500	1550	1550
Passivo	-	-	-
Patrimônio Líquido (ajustado diretamente pelo <i>fair value</i>)	-	(50)	-
Lucros Acumulados (por meio da DRE)	-	-	(50)

Figura 1 - Contabilização na data de liquidação

Fonte: IAS 39 (1998:31) – adaptado pelos autores.

Balanço	<i>Held-to-maturity</i>	<i>Available-for-sale</i>	Mantidos para <i>trading</i>*
<u>29/12/2001</u>			
Ativo Financeiro	1500	1500	1500
Passivo	(1500)	(1500)	(1500)
<u>31/12/2001</u>			
Recebíveis	-	-	-
Ativo Financeiro	1500	1520	1520
Passivo	(1500)	(1500)	(1500)
Patrimônio Líquido (ajustado diretamente pelo <i>fair value</i>)	-	(20)	-
Lucros Acumulados (por meio da DRE)	-	-	(20)
<u>04/01/2002</u>			
Recebíveis	-	-	-
Ativo Financeiro	1500	1550	1550
Passivo	-	-	-
Patrimônio Líquido (ajustado pelo <i>fair value</i>)	-	(50)	-
Lucros Acumulados (por meio da DRE)	-	-	(50)

Figura 2 - Contabilização na data da transação

Fonte: IAS 39 (1998:32) – adaptado pelos autores.

* O IASB permite que instrumentos financeiros classificados como *available-for-sale* tenham o mesmo tratamento dos mantidos para *trading*, ficando a critério da empresa a escolha.

Percebe-se então que quando a contabilização é feita na data da transação há um acréscimo no valor do ativo e passivo representado pelo reconhecimento tanto do direito em receber o ativo financeiro quanto da obrigação representada pelo passivo.

Desta forma, há um aumento no valor do ativo e do passivo no valor de R\$1.500,00 quando a contabilização é feita na data da transação, diferentemente de quando a contabilização é feita na data de liquidação, onde o reconhecimento tanto do ativo quanto do passivo ocorre apenas quando da transferência do ativo financeiro à empresa.

Conforme dito acima, quando classificado como *held-to-maturity*, não há qualquer impacto adicional por não haver o reconhecimento do *fair value*. Percebe-se ainda que quando o reconhecimento do *fair value* é feito na DRE, haverá um aumento ou redução no valor do lucro ou prejuízo apurado no período, não acontecendo o mesmo quando o reconhecimento é feito direto no Patrimônio Líquido.

– Mensuração do *fair value*

Conforme o IAS 39 (1998:42), o registro inicial de qualquer instrumento financeiro deve ser por seu custo que é o *fair value* do valor de compra, no caso de um ativo financeiro, ou de venda, no caso de um passivo financeiro, acrescido de todos os custos de transação.

O *fair value* da compra ou venda é determinável pela referência ao preço da transação ou outro preço de mercado. Quando o preço de mercado não é determinado de forma confiável, o *fair value* da compra ou venda é estimada como a soma de todos os fluxos futuros de caixa descontados de pagamentos ou recebimentos de um instrumento financeiro similar (similar tanto para moeda, prazo, tipo de taxa de juros, outros fatores).

Após o reconhecimento inicial, uma empresa deveria mensurar os ativos financeiros, incluindo derivativos classificados como ativos financeiros, pelo *fair value*, sem qualquer dedução dos custos de transação que deverá incorrer na venda ou outra forma de baixa do ativo, exceto para as seguintes categorias de ativos financeiros (IAS 39:1998/43):

- “Empréstimos e recebíveis originados pela empresa e não mantidos para *trading*;
- Investimentos *held-to-maturity*; e
- Qualquer ativo financeiro que não tem um preço de mercado em um mercado ativo e cujo *fair value* não pode ser mensurado de forma confiável”.

Estes, se têm vencimento fixado, deveriam ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, se não, deveriam ser mensurados pelo custo.

Supõe-se que para a maior parte dos ativos financeiros classificados como *available-for-sale* ou mantidos para *trading*, o *fair value* pode ser determinado de forma confiável. Já para investimentos em *equity instrument*, quando não existe um preço de mercado em um mercado ativo e para quem outros métodos de estimação razoável do *fair value* são inapropriados, sua determinação não é confiável. Também não é para um derivativo que está ligado e que deve ser liquidado pela entrega de um *equity instrument* não cotado.

Quanto aos passivos, após o reconhecimento inicial, quando não são mantidos para *trading* ou são derivativos classificados como passivo financeiro, devem ser classificados pelo custo amortizado. Quando mantidos para *trading* e derivativos classificados como passivo, devem ser mensurados pelo *fair value*, exceto para derivativos passivos que estão ligados e que devem ser liquidados pela entrega de um *equity instrument* não cotado cujo *fair value* não pode ser mensurado de forma confiável, devendo nesse caso ser mensurado pelo custo.

Conforme o IAS 39 (1998:51), o *fair value* de um instrumento financeiro é mensurado de forma confiável se:

- a) “A variabilidade no alcance da razoável estimativa do *fair value* não é significativa para este instrumento; ou
- b) Se a probabilidade das diversas estimativas dentro do alcance pode ser avaliada de forma razoável e utilizada na estimativa do *fair value*”.

O IAS 39 (1998:51) enumera situações onde a mensuração do *fair value* é confiável:

- a) “Um instrumento financeiro para o qual há um preço de cotação publicado em um mercado ativo de títulos públicos para este instrumento;
- b) Um título de dívida que tem sido avaliado por uma agência de avaliação de risco independente e cujos fluxos de caixa podem ser estimados de forma confiável; e
- c) Um instrumento financeiro para o qual os dados de entrada para este modelo podem ser mensurados de forma confiável pois os dados provêm de um mercado ativo”.

Cabe nesse momento destacar as características necessárias para que um mercado possa ser considerado ativo, tal como apresenta o IASB apud MARTINS (2002:59):

- a) “Os itens negociados dentro do mercado são homogêneos;
- b) compradores e vendedores dispostos normalmente podem ser encontrados a qualquer momento;
- c) cotações estão disponíveis para o público”.

O *fair value* de um instrumento financeiro deve ser determinado por um dos métodos geralmente aceitos. A existência de cotações de preços em um mercado ativo é normalmente a sua melhor evidência. O apropriado preço de mercado cotado para um ativo mantido ou passivo a ser emitido é usualmente o preço de cotação corrente enquanto para um ativo a ser adquirido ou passivo mantido é o preço de oferta corrente ou preço de venda corrente.

Quando os preços de oferta correntes são indisponíveis, utiliza-se o preço da mais recente transação para determinar o *fair value* desde que mudanças econômicas significativas não tenham ocorrido entre a data da transação e a de publicação das demonstrações contábeis. Quando uma empresa tem posições ativas e passivas em equilíbrio, deve apropriadamente utilizar o preço médio de mercado como uma base para o estabelecimento do *fair value*.

Se o mercado para um instrumento financeiro não é um mercado ativo, os preços de cotações publicados devem ser ajustados para chegar em uma medida confiável do *fair value*. Se há atividade não corrente em um mercado, o mercado não está bem estabelecido ou poucos volumes são negociados relativos ao número de unidades negociadas de um instrumento a ser avaliado, os preços de cotação do mercado não devem ser indicativo do *fair value*.

Em outras circunstâncias, assim como quando um preço de cotação de mercado não é avaliável, técnicas de estimação devem ser utilizadas para determinar o *fair value* com suficiente confiabilidade. Técnicas bem estabelecidas nos mercados financeiros incluem: a) referência ao valor de mercado corrente de um outro instrumento que é substancialmente o mesmo, b) análise do fluxo de caixa descontado e c) modelos de precificação de opções.

– Evidenciação do *fair value*

O IAS 39 (1998:33) afirma que para cada classe de ativo e passivo financeiro, tanto reconhecida quanto não reconhecida, uma empresa deveria evidenciar informação sobre o *fair value*. Quando ele não é praticável dentro das restrições de tempestividade ou custo para sua determinação com suficiente confiabilidade, este fato deveria ser evidenciado junto com a informação sobre as principais características do instrumento financeiro subjacente que são pertinentes para seu *fair value*, de forma a auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na tomada de seus próprios julgamentos sobre a extensão das possíveis diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos financeiros e seu *fair value*.

A evidenciação do *fair value* inclui informação acerca do método adotado e qualquer suposição significativa feita em sua aplicação. Conforme o IAS 39 (1998:75), os seguintes pontos deveriam ser incluídos como parte da evidenciação requerida:

- a) “Os métodos e suposições significativas aplicadas na estimação do *fair value* de ativos e passivos financeiros que são carregados ao *fair value*, separadamente para classes significativas de ativos financeiros;
- b) Se ganhos e perdas originados de mudanças no *fair value* daqueles ativos financeiros classificados como *available-for-sale* que são mensurados ao *fair value* após o reconhecimento inicial estão incluídos na DRE do período ou são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido até que o ativo financeiro seja baixado; e
- c) Para cada categoria de ativos financeiros, se a maneira regular de compras e vendas de ativos financeiros são contabilizados pela data da transação ou data de liquidação”.

O IAS 39 (1998:75/78) apresenta outros pontos que deveriam ser incluídos na evidenciação das informações contábeis relacionados à utilização do *fair value*.

Destaca-se um exemplo de pesquisa apresentada por PEREIRA (2000:11/13)⁸ onde se busca constatar se há alguma preferência por parte das instituições de crédito quanto ao método de mensuração, assim como, se o posicionamento da informação nas demonstrações contábeis afeta a decisão dessas instituições, chegando-se a seguinte conclusão:

“Em suma, na maioria dos casos, quando os analistas têm mais de uma opção, tendem a usar os valores reportados no corpo da demonstração contábil e, aparentemente, costumam deixar de lado as informações contidas nas notas explicativas. A partir desta constatação, pode-se dizer que as evidenciações contidas nas notas de rodapé não são substitutas perfeitas para o reconhecimento formal dos fatos contábeis e econômicos da empresa”.

O IAS 32 e 39 devem ser adequados aos padrões de Contabilidade dos países ao redor do mundo através da cooperação entre o IASB e o órgão responsável de cada país. No caso brasileiro, o Banco Central é o responsável por esta adequação.

– Circulares 3.068 e 3.082 do Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil, até o presente momento, ainda não tratou da contabilização a “*fair value*” nos moldes dos normativos internacionais, mas estabelece o ajuste a valor de mercado, conforme pode ser verificado na Circular 3.068, de 08.11.2001 e na Circular 3.082, de 30.01.2002, que traz muitos conceitos semelhantes aos utilizados pelo IASB.

A Circular 3.068 trata de critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Segundo esta Circular, os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor, devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados nas seguintes categorias:

- I. títulos para negociação (*trading*);
- II. títulos disponíveis para venda (*available-for-sale*);
- III. títulos mantidos até o vencimento (*held-to-maturity*).

Na categoria I, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de negociação ativa e freqüente. Na categoria III, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, com intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria II, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida:

- I. à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- II. à conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Para a apuração de valor de mercado podem ser utilizados como parâmetro:

- I. o preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- II. o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;
- III. o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento não sofrem ajustes pelo mercado, sendo seus registros pelos valores originais.

Os critérios para registro e avaliação contábil dos instrumentos financeiros derivativos foram estabelecidos e consolidados pela Circular 3.082 que os conceitua como:

"aquele cujo valor varia em decorrência de mudanças nas taxas de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preços, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura".

Esta definição mostra os aspectos concernentes ao risco de mercado (risco advindo das variações das taxas de juros e preços) e segue a definição do IASB, que enfatiza a inexistência de investimento inicial no contrato, ou que ele seja muito menor que o respectivo para que os participantes obtenham os mesmos direitos e a mesma sensibilidade às variações de mercado.

Para a apuração do valor de mercado dos derivativos, além dos parâmetros utilizados para a apuração dos títulos e valores mobiliários, pode-se utilizar o valor do ajuste diário quando as operações forem realizadas no mercado futuro. Conforme a Circular 3.082, as operações com derivativos devem ser avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e balanços, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa, no resultado do período.

Tanto a Circular 3.068 como a Circular 3.082 ressaltam a responsabilidade da instituição no tocante à metodologia de apuração do valor de mercado, que deve fundamentar-se em critérios consistentes e passíveis de verificação, com independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em suas mesas de operação.

Sendo estas as características do *fair value* (IASB) e do valor de mercado (Banco Central), analisam-se a seguir quais os impactos que sua utilização como base de valor poderiam causar sobre a atual estrutura da Contabilidade.

OS IMPACTOS DO *FAIR VALUE* SOBRE A ATUAL ESTRUTURA CONTÁBIL

Considerando que a atual estrutura da Contabilidade está tendo dificuldades em atender às necessidades dos usuários, fazendo com que sua substituição seja proposta por profissionais, além do interesse de entidades normatizadoras em incluir no balanço operações até agora *off-balance sheet*, a utilização do *fair value* como base de valor surge como alternativa, sendo necessário, portanto, analisar os impactos que causaria sobre os princípios e convenções comentados no tópico anterior, restringindo-se aos instrumentos financeiros.

– Princípio do custo original como base de valor

O princípio do custo original ou histórico considera o valor original sem alterações ao longo do tempo. Qualquer item patrimonial, em especial, instrumentos financeiros, quando do registro inicial, é mensurado pelo custo histórico que, conforme visto, representa o *fair value*. No entanto, o valor do instrumento financeiro fica inalterado com o custo histórico, enquanto o *fair value* acompanha as alterações ocorridas no valor de mercado deste instrumento.

Considera-se ainda que a utilização do *fair value* atende ao postulado da continuidade que IUDÍCIBUS (2000:48) enuncia da seguinte forma:

“As entidades, para efeito de contabilidade, são consideradas como empreendimento em andamento (*going concern*), até circunstâncias esclarecedoras em contrário, e seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que tem de gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações...”

Sendo assim, a utilização do custo histórico e a do *fair value* são mutuamente excludentes e, as vantagens apresentadas por este, tanto no que se refere ao acompanhamento das variações ocorridas no valor de mercado, quanto a atender o postulado da continuidade, permitem que a informação contábil tenha o valor preditivo que a caracteriza como útil.

– Princípio da realização da receita e confrontação da despesa

A mensuração dos instrumentos financeiros tendo por base de valor o *fair value* se adequa a um dos momentos de reconhecimento da receita diferentes do ponto de venda, conforme apresentado anteriormente na Tabela 2. Considerando o exposto pelo IASB, o reconhecimento da receita em decorrência da variação do *fair value* de um instrumento financeiro ocorre durante a produção, tendo em vista que atende ao critério de existência de um preço de mercado em vários estágios de produção, ainda que de forma estimada.

Desta forma, a utilização do *fair value* é compatível com este princípio quando são considerados outros momentos de reconhecimento da receita que não no ponto de venda. Não se pode esquecer que todas as despesas relacionadas devem ser confrontadas.

– Princípio do denominador comum monetário

A atual estrutura da Contabilidade não permite que todos os pontos destacados por IUDÍCIBUS (2000:67) relacionados com este princípio sejam atendidos.

O primeiro ponto trata da propriedade agregativa de ativos diversos pela avaliação monetária. Esta agregação, considerando que os diversos instrumentos financeiros que compõem a estrutura patrimonial de uma empresa foram adquiridos em momentos diferentes, ou seja, em períodos de moeda de poder aquisitivo diferente, fica comprometida.

O *fair value* supera esta limitação, pois os diversos instrumentos financeiros estarão mensurados em uma única base, representando o poder aquisitivo de uma determinada data para estes instrumentos. Na apresentação de séries históricas, no entanto, a questão ressurgirá.

Quanto ao segundo ponto, considera-se que o valor originalmente acertado entre comprador e vendedor deve permanecer inalterado na data de ajuste de contas, salvo cláusula expressa em contrato. O *fair value*, neste caso, não causa impacto. Já no terceiro ponto, afirma-se que deveria ser escolhida uma data-base para expressar as demonstrações contábeis de uma entidade, de vários períodos, em moeda de poder aquisitivo daquela data-base.

Como os instrumentos financeiros são adquiridos em diferentes períodos, nem sempre coincidindo com a data-base escolhida para expressar as demonstrações contábeis, percebe-se que a utilização do custo histórico, dado que permanece inalterado ao longo do tempo, é conflitante com este ponto. Por outro lado, a utilização do *fair value* permitiria que todos os instrumentos financeiros estivessem expressos em valores de uma mesma data-base.

De uma forma geral, a substituição do custo histórico pelo *fair value*, no que se refere a este princípio, permite que comparações válidas de dados contábeis sejam feitas, tornando apropriadas as predições e decisões tomadas com base nestas comparações.

– Princípio da essência sobre a forma

A utilização do *fair value* dá forças a este princípio incluído na estrutura conceitual apresentada por IUDÍCIBUS & MARION (1999:115/116) e aqui adotada, tendo em vista que a essência econômica é privilegiada, permitindo que as informações sejam apresentadas de acordo com sua substância e realidade econômica, tornando a informação útil.

– Convenção da consistência

Quando uma empresa classificar instrumentos financeiros em uma de suas quatro categorias, deve manter esta classificação desde que não seja alterada a finalidade para a qual

foram adquiridos. Da mesma forma, quando a empresa utiliza a data da transação ou a data de liquidação para o reconhecimento do *fair value*, este deve ser mantido de forma consistente. Também no que se refere ao método de mensuração utilizado, a empresa deve ser consistente.

Assim, deve existir consistência nos critérios de classificação, reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros quando a empresa utilizar o *fair value*.

– Convenção da objetividade

Os impactos da utilização do *fair value* sobre a objetividade são bastante significativos. Como visto, a objetividade pode ser analisada sob três pontos de vista. O primeiro se refere a possibilidade de confirmação do valor através de algum documento que comprove a transação. Quando ocorre alteração no *fair value* não existe nenhum documento comprovando, até mesmo por não haver qualquer transação, de forma que, sob este ponto de vista, a objetividade é incompatível com a utilização do *fair value* como base de valor.

O segundo ponto de vista trata da tangibilidade do objeto a ser mensurado, não havendo, no que se refere à utilização do *fair value*, nenhuma restrição. Quanto ao terceiro, a neutralidade, o *fair value* é considerado como uma forma de mensuração em uma base neutra.

De uma forma geral, a objetividade é incompatível com a utilização do *fair value*, principalmente em decorrência do primeiro ponto de vista. Este fato, juntamente com a necessidade dos usuários por informações que auxiliem a tomada de decisões nos seus modelos flexíveis de gestão, têm feito com que se desenvolva a idéia do subjetivismo responsável, como o faz IUDÍCIBUS (1998:7) ao afirmar que se deve aprender a lidar com valores e não apenas com custo.

– Convenção da materialidade

No que se refere à materialidade, quando vista sob seu primeiro ângulo, não se pode negar que os custos de obtenção do *fair value* de um instrumento financeiro tendem a ser maior quando comparados com os de obtenção do custo histórico e que os benefícios advindos de sua utilização pela empresa são de difícil mensuração.

No entanto, quando analisado sob o ângulo do usuário da informação contábil, este poderá ser prejudicado em sua tomada de decisões caso o *fair value* não seja evidenciado. Não se pode esquecer que um dos aspectos que motivaram o IASB a propor a utilização do *fair value* para instrumentos financeiros foi sua materialidade.

– Convenção do conservadorismo

O conservadorismo é analisado sob duas abordagens. A primeira considera que deve se buscar sempre, entre alternativas igualmente relevantes, aquela que produza menor lucro e/ou maior despesa ou que aumente o passivo. O *fair value* busca sempre a realidade econômica, independentemente de produzir maior ou menor lucro.

A segunda abordagem, custo ou mercado, o menor, ocorre quando o *fair value* é inferior ao custo, mas por outro lado, também se considera o valor de mercado quando este for maior com a utilização do *fair value*.

A convenção do conservadorismo é então incompatível com a utilização do *fair value* por apenas considerar o valor de mercado quando este for inferior ao custo e, por buscar sempre a alternativa que reduza o valor do lucro ou aumente o valor de exigibilidades, dificultando, a divulgação de toda informação relevante e causando um viés na informação.

– Impacto no usuário

A utilização do *fair value* para os instrumentos financeiros atende às necessidades dos usuários da Contabilidade no que se refere ao fornecimento de informações que reflitam a realidade econômica das empresas, reduzindo os riscos envolvidos no processo de tomada de decisões. Atende ainda aos anseios dos órgãos normatizadores, em especial o IASB, quanto à inclusão no balanço de operações até agora *off-balance sheet*.

CONCLUSÃO

A Contabilidade deve acompanhar as mudanças ocorridas no cenário econômico como forma de continuar cumprindo com o seu objetivo de fornecer informações úteis aos usuários. No entanto, enquanto a teoria contábil vem sendo bem desenvolvida, sua aplicação não acompanha com a mesma velocidade essa evolução. Tal fato vem provocando insatisfação nos usuários que não se sentem adequadamente atendidos quanto às informações desejadas.

Considerando que a atual estrutura da Contabilidade está tendo dificuldade em fornecer aos seus usuários informações que possuam valor preditivo, tendo em vista que utiliza o custo histórico como base de valor, o que permite que a informação tenha valor preditivo apenas no momento do registro inicial e, ainda, que os usuários estão interessados em informações mensuradas em uma base única, tendo em vista que atualmente existe um conjunto de métodos de mensuração, dificultando a capacidade agregativa que é um dos pontos relacionados com o princípio do denominador comum monetário, uma nova estrutura contábil tendo o *fair value* como base de valor é proposta em substituição ao custo histórico.

A utilização do *fair value* causa diversos impactos na atual estrutura da Contabilidade, podendo-se citar os seguintes:

- *Princípio do custo original como base de valor*: incompatível, pois os valores quando registrados por esse método não devem ser alterados em decorrência de variações no poder aquisitivo da moeda;
- *Princípio da realização da receita e confrontação da despesa*: compatível, pois em casos especiais o reconhecimento da receita pode ser feito durante a produção;
- *Princípio do denominador comum monetário*: parcialmente compatível, pois com a utilização do *fair value* os instrumentos financeiros podem ser agregados e estarão, em uma determinada data-base, em moeda de mesmo poder aquisitivo, o que não acontecia com o custo histórico e, além disso, considerando que foram adquiridos em momentos diferentes, não estavam em moeda de mesmo poder aquisitivo, no entanto, comparações não agregativas requerem reconsideração;
- *Princípio da essência sobre a forma*: compatível, permite que a Contabilidade passe a privilegiar a essência econômica ao invés da forma legal;
- *Convenção da consistência*: compatível, tendo em vista que a classificação, o reconhecimento e a mensuração dos instrumentos financeiros pelo *fair value* deve ser feita pela empresa de forma consistente, desde que não ocorram mudanças relevantes que justifiquem a alteração do critério utilizado;
- *Convenção da objetividade*: incompatível, não há qualquer transação ou documento concreto de onde se possa extrair a variação ocorrida no *fair value* de um instrumento financeiro, sendo, portanto, um valor subjetivo;
- *Convenção da materialidade*: compatível se considerado sob o ângulo do usuário e, de difícil análise se considerado sob o ângulo da relação custo-benefício;
- *Convenção do conservadorismo*: incompatível, pois há o reconhecimento de lucro na variação do *fair value*, ainda que não realizado e, além disso, o valor de mercado é utilizado não apenas quando for inferior ao custo, mas também quando for superior.

As conclusões acima demonstram que o custo histórico como base de valor, a objetividade e o conservadorismo não se adequam a uma estrutura na qual seja utilizado o *fair value* como medida dos instrumentos financeiros.

A Contabilidade deve refletir seriamente sobre a substituição do custo histórico pelo *fair value* para mensuração dos instrumentos financeiros, em particular, e dos itens patrimoniais, como um todo; deve ainda, considerar uma possível substituição da objetividade pelo subjetivismo responsável, onde informações adicionais acerca do método de cálculo do *fair value* deveriam ser evidenciadas; e por fim, o conservadorismo poderia dar lugar à essência econômica.

Desta forma, a utilização do *fair value* como base de valor permite um aumento do poder das informações contidas nas demonstrações contábeis, permitindo a inclusão no balanço de operações até agora *off-balance sheet*, como é o caso dos derivativos, mensurando os itens patrimoniais em uma base única, além de tornar a informação relevante em decorrência de seu caráter preditivo; enfim, atendendo às necessidades dos usuários.

BIBLIOGRAFIA

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular 3068 de 08/01/2001.
- _____. Circular 3082 de 30/01/2002.
- HENDRIKSEN, E.S.; BREDAS, M. F. V. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. IAS 39: *Financial instruments: recognition and measurement*, 1998 (revisado em 2000).
- _____. IAS 32: *Financial instruments: disclosure and presentation*, 1995 (revisado em 1995).
- IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. *A contabilidade como sistema de informação empresarial (SIE)*. Boletim do IBRACON, São Paulo, out./nov. 1998.
- _____.; MARION, J.C. *Introdução à teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- HULL, J. *Introdução aos mercados futuros e de opções*. Bolsa de Mercadorias e Futuros, 1996.
- LIMA, I.S., LOPES, A.B. *Contabilidade e controle de operações com derivativos*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- LISBOA, L. P. “Valor justo” em Contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XVI, 2000, Goiânia. *Anais...* Goiânia: CFC.
- LOPES, A. B., CARVALHO, L. N. G. *Contabilização das operações com derivativos: uma comparação entre o SFAS 133 e o arcabouço emanado pelo COSIF*. Caderno de estudos da FIPECAFI nº 20, São Paulo, 1999.
- MARTINS, E. *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINS, V.A. *Contribuição à avaliação do goodwill: depósitos estáveis, um ativo intangível*. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTTA, R. *Os grandes modelos contabilísticos*. Jornal do Técnico de Contas e da Empresa, Portugal, n. 294, p.41-42, fev. 1990.
- PEREIRA, C.D.S. *Uma contribuição para o entendimento do fair value accounting*. Revista do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, São Paulo, Ano VI, n. 11, p. 06-14, mar. 2000.
- PINHO, M.O.M. *Dicionário de termos de negócios*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- www.iasc.org.uk

¹ *Fair value* – valor justo, real (que pode ser obtido por um bem, se vendido). PINHO, M. O. M. *Dicionário de termos de negócios*. P.252.

² *off-balance sheet* – não registrável no balanço patrimonial. PINHO. Op.cit. p. 307.

³ *Commodity* – mercadoria; qualquer bem consumível; produtos agrícolas passíveis de classificação segundo padrões internacionais. PINHO. Op. cit. p. 217.

⁴ *Trading* – negociação (de mercadorias, de papéis financeiros). PINHO. Op. cit. p. 366.

⁵ *Dealer* – revendedor intermediário, operador de bolsa, negociador. PINHO. Op. cit. p. 231.

⁶ *Hedging* – proteção, mediante transações, contra riscos de mercado, de taxa de juros ou de câmbio; cobertura contra um risco potencial (não se trata de seguro). PINHO. Op. cit. p. 267.

⁷ *Distress sale* – venda por necessidade. (Tradução livre).

⁸ Exemplo retirado em parte por PEREIRA do artigo escrito por BROOKS, R.C.; JERRIS, I.; PEARSON, T. *Lending Trends – The Use of Fair Value Disclosures to Assess Liquidity and Solvency in Credit Decisions*. Commercial Lending Review, v. 11, iss. 2, primavera 1996.